

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - 08/2011

Cód. 14 – Auditor II

1. O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado (Moraes, 2006). O Poder Constituinte classifica-se em:
 - A) Derivado e Constituído.
 - B) 1º grau, 2º grau e 3º grau.
 - C) Originário e Não Originário.
 - D) Originário e Derivado.

2. Controlar a constitucionalidade significa verificar a adequação de uma lei ou de um ato normativo com a constituição, verificando seus requisitos formais e materiais (Moraes, 2006). Os tipos de Controle são: Preventivo e Repressivo de Constitucionalidade. Pode-se afirmar que existem duas hipóteses de Controle Preventivo de Constitucionalidade. São eles:
 - A) O Reservado ou Concentrado e o Difuso ou Aberto.
 - B) O Via de Ação e o Via de Exceção ou Defesa.
 - C) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico.
 - D) O Reservado e o Via de Defesa.

3. A classificação dos direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira geração, baseando-se na ordem histórica cronológica em que passaram a ser constitucionalmente reconhecidos. Os direitos fundamentais de primeira geração são:
 - A) Os direitos sociais, econômicos e culturais, isto é, os direitos de igualdade.
 - B) Os direitos e garantias individuais e políticos clássicos (liberdades públicas), surgidos institucionalmente a partir da Carta Magna.
 - C) Os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos.
 - D) Os direitos sociais, que englobam o direito de igualdade, liberdade e fraternidade.

4. Complete a lacuna.

O regime jurídico das _____ protege tanto as pessoas naturais, brasileiros ou estrangeiros no território nacional, como as pessoas jurídicas, pois têm direito à existência, à segurança, à proteção tributária e aos remédios constitucionais.

Indique a alternativa correta.

 - A) liberdades sociais
 - B) liberdades estaduais
 - C) liberdades fundamentais
 - D) liberdades públicas

5. A Constituição Federal garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O mais fundamental de todos os direitos é:
 - A) À liberdade.
 - B) À igualdade.
 - C) À vida.
 - D) À propriedade.

6. Indique (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- () A Constituição Federal, visando, principalmente, evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado e da Instituição do Ministério Público, independente e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais e prevendo prerrogativas e imunidades para que bem pudessem exercê-las, bem como criando mecanismos de controles recíprocos, sempre como garantia da perpetuidade do Estado democrático de Direito.
- () A Constituição Federal de 1978 adotou, o princípio da igualdade de direitos, prevendo a igualdade de aptidão, uma igualdade de possibilidades virtuais, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico.
- () O objetivo colimado pela Constituição Federal, ao estabelecer diversas funções, imunidades e garantias aos detentores das funções soberanas do Estado, Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e a Instituição do ministério Público, é a defesa do regime democrático, dos direitos fundamentais e da própria Separação de Poderes, legitimando, pois o tratamento diferenciado fixado aos seus membros, em face do princípio da igualdade.
- () Se por um lado as imunidades e as garantias dos agentes políticos, previstas na Constituição Federal, são instrumentos para perpetuidade da separação independente e harmônica dos Poderes de Estado, por outro lado, igualmente defendem a efetividade dos direitos fundamentais e a própria perpetuidade do regime democrático.

Indique a alternativa correta.

- A) F – V – F – F.
- B) V – F – V – V.
- C) V – V – V – V.
- D) F – F – F – F.

7. As funções típicas do Poder Legislativo são:

- A) legislar e fiscalizar.
- B) legislar e prestar contas.
- C) fiscalizar e administrar.
- D) fiscalizar e prestar contas.

8. Leia com atenção as sentenças abaixo.

- I - O Direito Administrativo, como ramo autônomo, nasceu em fins do século XVIII e início do século XIX, o que não significa que inexistissem anteriormente normas administrativas, pois onde quer que exista o Estado, existem órgãos encarregados do exercício de funções administrativas.
- II - Do direito francês, o direito administrativo brasileiro acolheu a ideia de ato administrativo, com o atributo da auto-executoriedade, as sucessivas teorias sobre responsabilidade civil do Estado, o conceito de serviço público, as prerrogativas da Administração Pública, a teoria dos contratos administrativos, o princípio da legalidade.
- III - Em decorrência da adoção do princípio da legalidade, o direito administrativo brasileiro, à semelhança de outros direitos, como o espanhol, o português, o dos países sul-americanos, colocou no direito positivo aquilo que no direito francês constituíam teorias e princípios jurisprudencial. Aquilo que a França é alterado pela jurisdição administrativa no Brasil depende de alteração legislativa. E com uma agravante: as bases do direito administrativo estão na Constituição: as intervenções do Estado na propriedade privada, o regime estatutário do servidor público, os princípios da Administração Pública, a regra sobre responsabilidade civil do Estado, o princípio da licitação, as normas sobre orçamento e contabilidade pública, as competências normativas, a proteção do patrimônio público, os direitos e garantias do cidadão perante a Administração Pública, o controle interno, o judicial e o legislativo.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

9. Direito Administrativo pode ser definido como:

- A) Ato de produção jurídica primária, fundado única e diretamente no poder soberano, do qual constitui exercício direto e primário, mediante a lei.
- B) Atos de produção jurídica subsidiários dos atos primários, nela também o órgão estatal permanece acima e à margem das relações a que os próprios atos se referem.
- C) Atos de produção jurídica complementares, em aplicação concreta do ato de produção jurídica primário e abstrato contido na lei.
- D) O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

10. Ato Administrativo tem como conceito:
- A) Os acontecimentos naturais, que independem do homem ou que dele dependem apenas indiretamente.
 - B) É o resultado ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece o particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público.
 - C) A declaração do Estado ou de quem o representante, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.
 - D) A forma que se revestem os atos individuais ou gerais, emanados do chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito).
11. Os elementos dos atos administrativos são:
- A) sujeito, objeto, motivo e validade.
 - B) sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.
 - C) objeto, forma, motivo, existência e atributos.
 - D) objeto, forma, eficácia e validade.
12. O efeito jurídico imediato que o ato produz é denominado:
- A) forma.
 - B) objeto.
 - C) finalidade.
 - D) validade.
13. Complete as lacunas com a alternativa correta.
- Tanto _____ como _____ contribuem para a formação da vontade da Administração: diante de certa situação de fato ou de direito, a autoridade pratica certo ato para alcançar determinado resultado.
- A) forma – finalidade
 - B) finalidade – motivo
 - C) motivo – forma
 - D) motivo – finalidade
14. A fonte da discricionariedade é a própria lei, aquela só existe nos espaços deixados por esta. Nesses espaços, a atuação livre da Administração é previamente legitimada pelo legislador. Normalmente essa discricionariedade existe:
- I - Quando a lei expressamente a confere à Administração, como ocorre no caso de norma que permite a remoção ex officio do funcionário, a critério da Administração, para atender à conveniência do serviço.
 - II - Quando a lei é omissa, porque não lhe é possível prever todas as situações supervenientes ao momento de sua promulgação, hipótese em que a autoridade deverá decidir de acordo com princípios extraídos do ordenamento jurídico.
 - III - Quando a lei prevê determinada competência, mas não estabelece a conduta a ser adotada, exemplos dessa hipótese encontram-se em matéria de poder de polícia, em que é impossível à lei traçar todas as condutas possíveis diante de lesão ou ameaça de lesão à vida, à segurança pública, à saúde.
- Estão corretas as afirmações:
- A) I, II e III.
 - B) I e II, apenas.
 - C) I e III, apenas.
 - D) II e III, apenas.
15. O desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade é denominado:
- A) Contraposição.
 - B) Invalidação.
 - C) Caducidade.
 - D) Cassação.
16. O ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado é denominado:
- A) Revogação.
 - B) Confirmação.
 - C) Resolução.
 - D) Convalidação.

17. Pode-se definir a licitação como:

- A) A responsabilidade pela celebração de contratos de terceirização de mão-de-obra, cabe lembrar que a autoridade estará sujeita a responder civil, administrativa e criminalmente, sem falar na sujeição à lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2-6-92).
- B) É o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública adquire bens móveis e semoventes necessários à execução de obras ou serviços.
- C) O procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionaria e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato.
- D) É o procedimento administrativo que tem por objeto a mão-de-obra para pequenos trabalhos, mediante pagamentos por preço certo, com ou sem fornecimento de material.

18. Complete as lacunas.

O _____ constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.

Indique a alternativa correta.

- A) princípio da legalidade
- B) princípio da moralidade
- C) princípio da publicidade
- D) princípio da igualdade

19. O código civil de 2002 inclui entre os bens públicos os pertencentes às pessoas jurídicas de direito público. Nos termos do artigo 99, são bens públicos:

- I - Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
- II - Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- III - Os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Estão corretas as afirmações:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.

20. Indique (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- () De acordo com o artigo 67 do código civil de 1916, os bens públicos das três categorias "só perderão a inalienabilidade, que lhes é peculiar, nos casos e na forma que a lei prescreve".
- () Pela redação do artigo 100 do novo código civil, "os bens públicos de uso comum e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar". E, pelo artigo 101, "os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei".
- () Com relação aos bens de uso comum e de uso especial, nenhuma lei estabelece a possibilidade de alienação, por estarem afetados a fins públicos, estão fora do comércio jurídico de direito privado, não podendo ser objeto de relações jurídicas regidas pelo Direito civil, como compra e venda, doação, permuta, hipoteca, locação, comodato. Para serem alienados pelos métodos de direito privado, têm de ser previamente desafetados, ou seja, passar para a categoria de bens dominicais, pela perda de sua destinação pública. Vale dizer que a inalienabilidade não é absoluta.
- () A investidura vem definida no artigo 17, § 3º, da lei nº 8.666/93, com a redação alterada pela lei nº 9.648/ 98, como: alienação aos proprietários de imóveis lindeiras de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% do valor constante da alínea a do inciso II do art. 23 desta lei; II. A alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão".

Indique a alternativa correta:

- A) V – F – V – F.
- B) F – V – F – V.
- C) V – V – V – V.
- D) F – F – F – F.

21. A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar:
- A) os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.
 - B) as variações que afetam as situações orçamentárias, financeiras, compensatórias e patrimoniais das entidades de direito público interno e externo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de lei especialmente concebida para tal e que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.
 - C) os registros que afetam as situações orçamentárias, financeiras, compensatórias e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de técnicas especialmente concebidas para tal, que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.
 - D) as técnicas que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno e externo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de lei especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.
22. Variação Patrimonial é a alteração de valor, de qualquer elemento do Patrimônio Público, por:
- I - Alienação;
 - II - Aquisição;
 - III - Dívida Julgada;
 - IV - Dívida Aceita;
 - V - Depreciação ou valorização;
 - VI - Amortização;
 - VII - Superveniência;
 - VIII - Insubsistência;
 - IX - Efeito de execução orçamentária; e
 - X - Resultado do exercício financeiro.
- Estão corretos os itens:
- A) I, II, V, VI, VII, VIII, IX e X, apenas.
 - B) I, II, V, VI, IX e X, apenas.
 - C) I, II, V, VI, VII, VIII e IX, apenas.
 - D) I, II, III, IV, V, VI e X, apenas.
23. Coloque (V) para verdadeiro e (F) para falso baseado nas Variações Patrimoniais.
- () Qualquer aumento de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer diminuição de valor nos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações ativas, pois contribuem para que o patrimônio seja aumentado.
 - () Qualquer diminuição de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer diminuição de valor nos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações ativas, pois contribuem para que o patrimônio seja diminuído.
 - () Qualquer diminuição de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer aumento no valor dos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações passivas, pois concorrem para que o patrimônio seja diminuído.
 - () Qualquer aumento de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer aumento no valor nos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações ativas, pois concorrem para que o patrimônio seja aumentado.
- A) F – F – F – V.
 - B) V – F – F – F.
 - C) F – F – V – V.
 - D) V – F – V – F.
24. Na Lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por:
- A) desdobramento, facultativo, do elemento de despesa, e modalidade de aplicação.
 - B) categoria econômica, o desdobramento, facultativo, do elemento de despesa e modalidade de aplicação.
 - C) categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.
 - D) grupo de natureza de despesa, o desdobramento, facultativo, do elemento de despesa e a discriminação das naturezas de despesa.

25. De acordo com a Portaria 180 de 2001 sobre o detalhamento das Naturezas de Receitas, analise as informações abaixo e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- () Receita Tributária: registra o valor total da arrecadação da receita tributária (impostos, taxas e contribuições de melhoria).
- () Impostos: registram o valor total da modalidade de tributo cuja obrigação tem por fato gerador situação dependente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- () Imposto sobre a Importação: registra o valor total da arrecadação de imposto sobre importação, de competência da união, que incide sobre a importação de produtos estrangeiros e tem como fato gerador a entrada desses produtos no território nacional, por qualquer via de acesso.
- () Impostos sobre o Patrimônio e a Renda: registram o valor total da arrecadação de impostos sobre a propriedade territorial rural, a propriedade predial e territorial urbana, a renda proventos de qualquer natureza, a propriedade de veículos automotores, consignação de bens e direitos, transmissão "inter-vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis.
- () Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural: registra o valor total da arrecadação de imposto s/propriedade territorial rural, de competência da união. Tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do município.

- A) V – V – V – V – F.
- B) V – F – V – F – V.
- C) V – V – F – V – F.
- D) F – V – V – F – V.

26. Análise o lançamento contábil abaixo referente ao registro de uma Variação Patrimonial Passiva:

Alienação de Bens Móveis	\$5.000,00
a Veículos	\$5.000,00

Pode-se afirmar que o lançamento originou:

- A) um registro independente da Execução Orçamentária.
- B) um registro Resultante da Execução orçamentária.
- C) uma Mutação Patrimonial.
- D) um aumento da Dívida Fundada.

27. Baseado na resolução CFC 1.282 de 2010 assinale a alternativa correta:

- A) A falta de integridade e tempestividade da informação contábil pode ocasionar a perda do registro, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.
- B) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- C) Em relação à variação do Custo Histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores: Custo Original, Valor Atual, Valor Presente, Valor Justo, Atualização Monetária.
- D) O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de muita precaução no exercício dos julgamentos necessários aos registros em certas condições de incerteza; no sentido de que ativos e receitas não sejam subestimados e que passivos e despesas não sejam superestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

As questões de 28 a 31 estão baseadas no Balanço Patrimonial Abaixo:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Ativo Total	3.029.601	2.474.894
Ativo Circulante	1.990.509	1.616.363
Caixa e Equivalentes de Caixa	672.123	498.972
Aplicações Financeiras	54.092	37.438
Contas a Receber	810.464	701.260
Estoques	311.448	237.403
Tributos a Recuperar	87.144	93.228
Outros Ativos Circulantes	55.238	48.062
Ativo Não Circulante	1.039.092	858.531
Ativo Realizável a Longo Prazo	625.217	484.252
Investimentos	22.272	20.114
Imobilizado	318.761	282.278
Intangível	72.842	71.887
Passivo Total	3.029.601	2.474.894
Passivo Circulante	948.736	841.980
Obrigações Sociais e Trabalhistas	135.427	57.008
Fornecedores	306.901	204.920
Obrigações Fiscais	64.938	41.303
Empréstimos e Financiamentos	268.200	379.804
Outras Obrigações	173.270	158.945
Passivo Não Circulante	1.117.475	894.241
Patrimônio Líquido Consolidado	963.390	738.673
Capital Social Realizado	700.000	450.000
Reservas de Capital	-790	-806
Reservas de Lucros	268.384	306.355
Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-18.637
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-11.700	-7.054
Participação dos Acionistas Não Controladores	7.496	8.815

28. A Liquidez Corrente de 2010 foi de:

- A) 1,88.
- B) 2,10.
- C) 2,38.
- D) 1,26.

29. O Capital Circulante Líquido em 2010 é de:

- A) \$ 1.041.773,00.
- B) \$ 75.702,00.
- C) \$ 549.515,00.
- D) \$ 1.512.905,00.

30. A Composição de Endividamento em 2009 é de:

- A) 94,16%.
- B) 34,02%.
- C) 76,18%.
- D) 48,49%.

31. Sabendo que o Custo dos Bens em 2010 é de \$2.333.156,00, o valor das Compras neste ano foi de:
- A) \$ 2.095.753,00.
 - B) \$ 2.407.201,00.
 - C) \$ 2.259.111,00.
 - D) \$ 1.947.663,00.
32. De acordo com a resolução CFC nº 9836/03 a auditoria interna compreende:
- A) os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controle internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.
 - B) os controles baseados em registros contábeis, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade dos processos contábeis, dos sistemas de informações integrados ao ambiente e de avaliação interna e de gerenciamento de riscos, com o intuito de auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.
 - C) os métodos de controles baseados nas informações contábeis, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade dos processos contábeis, das análises e exames dos sistemas de informações integrados. Da avaliação do controle interno e de gerenciamento de riscos, com o intuito de auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos e metas.
 - D) os resultados obtidos através das informações contábeis, controles, análises metodologicamente estruturadas para a avaliação da integridade dos processos contábeis, dos sistemas de informações integradas ao ambiente, além de controle e avaliação interna e de gerenciamento de riscos. O intuito é de permitir maior retorno à administração da entidade no que tange ao cumprimento de seus objetivos e metas.
33. A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional (Ferreira – 2008). Os papéis de trabalho constituem:
- A) registros dos fatos, informações e provas obtidas no curso da auditoria, a fim de demonstrar através destes papéis os exames realizados e poder dar suporte ao parecer com ressalva, sem ressalva e adverso, além de críticas, sugestões e recomendações. Devem ter o máximo detalhamento e abrangência para propiciar a compreensão dos procedimentos realizados, o planejamento e a verdadeira extensão dos procedimentos de auditoria interna, bem como utilizado como parâmetro de suporte para as conclusões a serem alcançadas pela direção da empresa.
 - B) os fatos, informações e provas obtidas no curso da auditoria, a fim de demonstrar os exames realizados, dando suporte ao parecer com ressalva ou sem ressalva, além de críticas, sugestões e recomendações. Devem ter o máximo detalhamento e abrangência para propiciar a compreensão dos procedimentos realizados, o planejamento e a verdadeira extensão dos processos de auditoria interna aplicados, bem como do possível julgamento exercido e utilizado como parâmetro de suporte para as conclusões a serem alcançadas pelos administradores da empresa.
 - C) documentos factuais e informativos para obtenção de provas no curso da auditoria, dando suporte ao parecer com ressalva, sem ressalva, adverso, além de críticas, sugestões e recomendações. Devem ser detalhado e ter abrangência para propiciar a melhor compreensão dos procedimentos realizados, o planejamento e a verdadeira extensão dos processos de auditoria interna aplicados, bem como do possível julgamento exercido e utilizado como parâmetro de suporte para as conclusões a serem alcançadas pelos responsáveis da empresa.
 - D) documentos e registros dos fatos, informações e provas obtidas no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e de dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Devem ter abrangência e grau de detalhes suficientes para propiciar a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de auditoria interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.
34. Os Procedimentos e as Técnicas de Auditoria constituem-se em investigações técnicas que, tomadas em conjunto, permitem a formação fundamentada da opinião por parte do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Ferreira – 2008). O procedimento representa a essência do ato de auditar. O fundamental é escrever o que se deve fazer, ou seja, como deve ser o exame. Esse abrange:
- A) indagação escrita e oral.
 - B) análise documental e conferência de cálculos.
 - C) testes de observância e testes substantivos.
 - D) exame dos registros e inspeção física.
35. O método de amostragem se subdivide em:
- A) três tipos: o essencial, o da formatação e o representativo.
 - B) três tipos: o aleatório simples, o aleatório complexo e o probalístico.
 - C) dois tipos: o aleatório generalista e o complexo.
 - D) dois tipos: o probalístico e o não-probalístico.

36. A materialidade é uma variável básica utilizada nas fases do processo de planificação dos trabalhos de controle e refere-se:
- A) a importância relativa ou o papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em dado contexto.
 - B) ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em possível ponto de controle objeto dos exames de auditoria ou fiscalização.
 - C) ao quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou fiscalizar, identificadas em uma determinada unidade ou programa.
 - D) à composição de elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria e fiscalização.

37. As Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a totalidade do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Estão corretas:

- A) I, II e III.
 - B) II e III, apenas.
 - C) I e III, apenas.
 - D) I e II, apenas.
38. Baseado na L. R. F. (LC 101/00) integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para:
- A) o seguinte.
 - B) os dois seguintes.
 - C) os três seguintes.
 - D) os quatro seguintes.
39. Com base na Lei Complementar 101/00 e relativo aos Restos a Pagar; é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20 desta lei, nos últimos _____ o seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Complete a Lacuna.

- A) dois Trimestres
 - B) três Trimestres
 - C) três Bimestres
 - D) dois Quadrimestres
40. O Poder Executivo publicará, até _____ após o encerramento de cada _____, relatório resumido da execução orçamentária.

Preencha as lacunas:

- A) 30 dias – bimestre
- B) 60 dias – bimestre
- C) 30 dias – trimestre
- D) 30 dias – quadrimestre